

17/12/2015**PLENÁRIO****REPERCUSSÃO GERAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO
925.754 PARANÁ**

RELATOR	: MIN. TEORI ZAVASCKI
RECTE.(S)	: ESTADO DO PARANÁ
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ
RECDO.(A/S)	: LUCENE CARMEN HUERGO MANFREDINI FAGGION
ADV.(A/S)	: DENISE MARTINS AGOSTINI

EMENTA: ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA PROFERIDA EM AÇÃO COLETIVA PROPOSTA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. PAGAMENTO POR MEIO DE REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR – RPV. INEXISTÊNCIA DO FRACIONAMENTO DE QUE TRATA O § 8º DO ART. 100 DA CONSTITUIÇÃO. REPERCUSSÃO GERAL CONFIGURADA. REAFIRMAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA.

1. Não viola o art. 100, § 8º, da Constituição Federal a execução individual de sentença condenatória genérica proferida contra a Fazenda Pública em ação coletiva visando à tutela de direitos individuais homogêneos.

2. Agravo conhecido para negar provimento ao recurso extraordinário, com o reconhecimento da repercussão geral do tema e a reafirmação da jurisprudência sobre a matéria.

Decisão: O Tribunal, por maioria, reputou constitucional a questão, vencido o Ministro Marco Aurélio. Não se manifestou a Ministra Rosa Weber. O Tribunal, por maioria, reconheceu a existência de repercussão geral da questão constitucional suscitada, vencido o Ministro Marco Aurélio. Não se manifestou a Ministra Rosa Weber. No mérito, por maioria, reafirmou a jurisprudência dominante sobre a matéria, vencido o Ministro Marco Aurélio. Não se manifestou a Ministra Rosa Weber.

ARE 925754 RG / PR

Ministro TEORI ZAVASCKI
Relator

17/12/2015**PLENÁRIO****REPERCUSSÃO GERAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO
925.754 PARANÁ**

Decisão: 1. Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso extraordinário interposto em embargos à execução individual de sentença condenatória genérica proferida em ação coletiva. Na petição inicial, alega-se, no que importa ao presente recurso, que não é cabível a execução individual do título judicial, uma vez que isso acarretaria o fracionamento da execução, com expedição de Requisições de Pequeno Valor para pagamento de créditos que, globalmente, seriam pagos por precatório.

O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná decidiu, em suma, que a regra do § 8º do art. 100 da CF visa coibir a utilização simultânea de dois mecanismos de pagamento pela Fazenda Pública (precatório e requisição de pequeno valor), não impondo vedação ao pagamento por meio de RPV do crédito que, reconhecido em ação coletiva, pertence tão somente ao servidor (fl. 273v).

No recurso extraordinário, a parte recorrente sustenta, preliminarmente, a existência de repercussão geral da matéria, conforme estabelece o art. 543-A, § 2º, do CPC, porquanto o acórdão recorrido pode representar relevante precedente, impactando milhares de lides acerca do mesmo tema.

Aponta ofensa ao art. 100, § 8º, da Constituição Federal, pois (a) a ação que gerou a execução não decorre de litisconsórcio ativo facultativo, mas de ação coletiva, na qual o sindicato veio a juízo, em nome próprio, defender interesse de seus filiados (fl. 286), os quais não são parte no processo; e (b)

ARE 925754 RG / PR

qualquer que seja a natureza do interesse defendido pelo sindicato, descabe a execução individual dos créditos, pois isto levaria ao fracionamento da execução, com expedição de RPVs de crédito que, globalmente, seria pago por precatório (fl. 286).

Requer, por fim, o provimento do recurso extraordinário para que seja reformado o acórdão recorrido no ponto em que entendeu cabível o fracionamento da execução da sentença para fim de expedição de RPV.

Em contrarrazões, a parte recorrida pede o desprovimento do recurso.

2. O presente recurso discute a compatibilidade da execução individual de sentença condenatória genérica proferida em ação coletiva com o disposto no art. 100, § 8º, da Constituição Federal, segundo o qual é vedado o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução para fins de enquadramento de parcela do total ao que dispõe o § 3º deste artigo, relativo às obrigações definidas em lei como de pequeno valor. O Pleno do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 568.645 (Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, DJe de 13/11/2014, Tema 148), apreciou matéria semelhante à debatida no recurso extraordinário. Nesse caso, todavia, examinava-se a legitimidade da individualização de créditos de litisconsortes para efeito de fracionamento do valor principal da execução contra a Fazenda Pública, tendo sido firmado o entendimento de que a execução ou o pagamento singularizado dos valores devidos a partes integrantes de litisconsórcio facultativo simples não contrariam o § 8º (originalmente § 4º) do art. 100 da Constituição da República.

ARE 925754 RG / PR

O presente caso, conforme já observado, não é idêntico àquele julgado no RE 568.645, uma vez que, aqui, não se trata de litisconsórcio facultativo, mas sim de ação coletiva ajuizada por sindicato. Não obstante, os mesmos fundamentos que embasaram o aludido precedente são aplicáveis à hipótese em exame. Segundo o assentado, naquela ocasião, pela Ministra-relatora:

[...] tratando-se, como no caso dos autos, de litisconsórcio facultativo simples, os litisconsorte se consideram como litigantes autônomos em seu relacionamento com a parte contrária e, portanto, a execução promovida deve considerar cada litigante autonomamente, sem importar em fracionamento, pois será dado a cada um o que lhe é devido segundo a sentença proferida.

O mesmo se dá no presente caso, em que o recorrido visa executar sentença condenatória genérica proferida em ação coletiva que tutela direitos individuais homogêneos. Conforme sustentei em sede doutrinária, a diferença é que, enquanto no litisconsórcio ativo facultativo, a sentença fará juízo não apenas sobre o núcleo de homogeneidade dos direitos afirmados na demanda, mas também sobre as suas particularidades próprias, a sua margem de heterogeneidade, na ação coletiva, há repartição da atividade cognitiva, de modo que a sentença de mérito limitar-se-á à análise do núcleo de homogeneidade dos direitos controvertidos, devendo o restante ser enfrentado e decidido por outra sentença, proferida em outra ação, a ação de cumprimento (Processo coletivo: tutela de direito coletivos e tutela coletiva de direitos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 147-154).

ARE 925754 RG / PR

Assim, do mesmo modo que ocorre no litisconsórcio facultativo, as relações jurídicas entre os exequentes e o executado serão autônomas, de forma que, nos termos do que decidido no RE 568.645, os créditos de cada exequente devem ser considerados individualmente. A atual jurisprudência do STF tem se posicionado no sentido de que a execução individual de sentença coletiva não viola o art. 100, § 8º, da CF/88. Nesse sentido:

Agravo regimental em recurso extraordinário com agravo. 2. Sentença proferida em ação coletiva. Execução individual. Possibilidade. 3. Ausência de argumentos suficientes a infirmar a decisão recorrida. 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (ARE 907.796-AgR/PR, Rel. Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, DJe de 18/11/2015)

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. DIREITO TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA PROFERIDA EM PROCESSO COLETIVO. POSSIBILIDADE.

1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme no sentido da possibilidade de execução individual da respectiva fração de cada um dos substituídos processuais em ação coletiva contra a Fazenda Pública. Precedentes.

2. Agravo regimental a que se nega provimento. (ARE 909.573-AgR/PR, Rel. Min. EDSON FACHIN, Primeira Turma, DJe de 12/11/2015)

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA EM AÇÃO COLETIVA. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 100, § 8º,

ARE 925754 RG / PR

DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. DECISÃO ALINHADA À JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

1. O acórdão recorrido alinha-se com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido da possibilidade de promover-se execução individual em sede de processos coletivos. Precedentes.

2. Ausência de argumentos capazes de infirmar a decisão agravada.

3. Agravo regimental a que se nega provimento. (RE 803.697-AgR/MA, Rel. Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, DJe de 27/10/2015)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. DIREITO CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. POSSIBILIDADE DE EXECUÇÃO INDIVIDUAL EM SENTENÇA COLETIVA. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. (ARE 907.799-AgR/PR, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe de 9/10/2015)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO (LEI Nº 12.322/2010) TÍTULO JUDICIAL CONSUBSTANCIADOR DE SENTENÇA COLETIVA EFETIVAÇÃO EXECUTÓRIA INDIVIDUAL POSSIBILIDADE JURÍDICA RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. POSSIBILIDADE DE EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA PROFERIDA EM PROCESSO COLETIVO.

O fato de tratar-se de ação coletiva não representa obstáculo para que o interessado, favorecido pela sentença coletiva, promova, ele próprio, desde que integrante do grupo ou categoria processualmente substituídos pela parte autora, a execução individual desse mesmo julgado. Doutrina. Precedentes. (ARE 904.542-AgR/PR, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, DJe de 22/10/2015)

ARE 925754 RG / PR

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVOS REGIMENTAIS NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. APLICAÇÃO DO ART. 1º-F DA LEI 9.494/97, NA REDAÇÃO DA MP 2.180-35/01. POSTERIOR ACORDO FIRMADO ENTRE AS PARTES NO MESMO SENTIDO DO QUE DETERMINOU O TRIBUNAL DE ORIGEM. RECURSO EXTRAORDINÁRIO PREJUDICADO. FRACIONAMENTO DE EXECUÇÃO. AÇÃO COLETIVA. LEGITIMIDADE. AUSÊNCIA DE OFENSA AO ART. 100, § 4º, DA CF/88 (REDAÇÃO ANTERIOR À EC 62/09). PRECEDENTES DA SEGUNDA TURMA EM CASOS IDÊNTICOS. ENTENDIMENTO ASSENTADO NO RE 568.645, REL. MIN. CÂRMEN LÚCIA, TRIBUNAL PLENO, TEMA 148.

AGRAVO REGIMENTAL DO SINDIRETA/DF PROVIDO. AGRAVO REGIMENTAL DO DISTRITO FEDERAL DESPROVIDO. (RE 860.965-AgR-segundo/DF, de minha relatoria, Segunda Turma, DJe de 1/6/2015)

E ainda: ARE 904.863-AgR (Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, julgado em 10/11/2015. Também nesse sentido é a seguinte decisão monocrática: ARE 904.880/PR, Rel. Min. ROSA WEBER, DJe de 6/10/2015.

Assim, proponho a confirmação da jurisprudência desta Corte para que seja reafirmada a seguinte tese: não viola o art. 100, § 8º, da Constituição Federal a execução individual de sentença condenatória genérica proferida contra a Fazenda Pública em ação coletiva visando à tutela de direitos individuais homogêneos.

3. Diante do exposto, manifesto-me pela existência de repercussão geral da questão suscitada e pela reafirmação da jurisprudência sobre a matéria, conhecendo do agravo para negar provimento ao recurso extraordinário.

Brasília, 27 de novembro de 2015.

ARE 925754 RG / PR

Ministro Teori Zavascki

Relator

Documento assinado digitalmente

**REPERCUSSÃO GERAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO
925.754 PARANÁ**

PRONUNCIAMENTO

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM
AGRAVO – REPERCUSSÃO GERAL –
INADEQUAÇÃO.**

1. O assessor Dr. Guilherme Pereira Pinheiro prestou as seguintes informações:

Eis a síntese do que discutido no Recurso Extraordinário com Agravo nº 925.754/PR, da relatoria do ministro Teori Zavascki, inserido no sistema eletrônico da repercussão geral em 27 de novembro de 2015.

A Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade, proveu parcialmente as apelações interpostas. No tocante ao tema debatido no recurso extraordinário, consignou que o § 8º do artigo 100 da Constituição Federal visa coibir o emprego simultâneo de dois mecanismos de pagamento, ou seja, de precatório e de requisição de pequeno valor – RPV, mas não impede a utilização de RPV para crédito reconhecido em ação coletiva, pertencente a servidor público. Assentou ser nesse sentido a jurisprudência do Supremo e do Superior Tribunal de Justiça. Quanto ao suposto desequilíbrio que a expedição de RPV poderia causar às contas públicas, afirmou não ter sido demonstrado pelo Estado. Asseverou que o § 4º do citado artigo 100 permite o estabelecimento, por lei, do valor alusivo às obrigações de pequeno valor, justamente com o objetivo de evitar problemas orçamentários.

Não houve a apresentação de embargos declaratórios.

No extraordinário, protocolado com alegada base na alínea “a” do permissivo constitucional, o Estado do Paraná

ARE 925754 RG / PR

argui a transgressão ao artigo 100, § 8º, da Carta da República. Sustenta que a regra é o pagamento mediante precatório, como previsto na cabeça do referido artigo 100 e no artigo 87, parágrafo único, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Consoante ressalta, a RPV consubstancia exceção, cujas normas não podem ser interpretadas extensivamente, de forma a permitir a execução, por esse meio, de decisão proferida em ação coletiva ajuizada por sindicato, e não por servidores em litisconsórcio ativo facultativo. Entende que os substituídos não fazem parte da relação processual e, por isso, a execução deve ser realizada pelo valor global, mediante precatório. Cita precedentes do Supremo.

Sob o ângulo da repercussão geral, assinala que o tema versado no recurso ultrapassa os limites subjetivos da lide, mostrando-se relevante do ponto de vista político e jurídico. Articula com a transcendência da questão referente à interpretação dos dispositivos constitucionais que tratam do pagamento de créditos pela Administração Pública, a envolver milhares de ações, com consequências financeiras para todos os entes federativos.

A recorrida, nas contrarrazões, aponta o acerto do acórdão atacado, que, segundo diz, está em harmonia com a jurisprudência recente do Supremo.

O extraordinário não foi admitido na origem. Seguiu-se a interposição de agravo, no qual se defende a sequência do recurso.

O ministro Teori Zavascki, assim se pronunciou, no sentido de reafirmar a jurisprudência do Supremo:

Decisão: 1. Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso extraordinário interposto em embargos à execução individual de sentença condenatória genérica

ARE 925754 RG / PR

proferida em ação coletiva. Na petição inicial, alega-se, no que importa ao presente recurso, que não é cabível a execução individual do título judicial, uma vez que isso acarretaria o fracionamento da execução, com expedição de Requisições de Pequeno Valor para pagamento de créditos que, globalmente, seriam pagos por precatório.

O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná decidiu, em suma, que a regra do § 8º do art. 100 da CF visa coibir a utilização simultânea de dois mecanismos de pagamento pela Fazenda Pública (precatório e requisição de pequeno valor), não impondo vedação ao pagamento por meio de RPV do crédito que, reconhecido em ação coletiva, pertence tão somente ao servidor (fl. 273v).

No recurso extraordinário, a parte recorrente sustenta, preliminarmente, a existência de repercussão geral da matéria, conforme estabelece o art. 543-A, § 2º, do CPC, porquanto o acórdão recorrido pode representar relevante precedente, impactando milhares de lides acerca do mesmo tema.

Aponta ofensa ao art. 100, § 8º, da Constituição Federal, pois (a) a ação que gerou a execução não decorre de litisconsórcio ativo facultativo, mas de ação coletiva, na qual o sindicato veio a juízo, em nome próprio, defender interesse de seus filiados (fl. 286), os quais não são parte no processo; e (b) qualquer que seja a natureza do interesse defendido pelo sindicato, descabe a execução individual dos créditos, pois isto levaria ao fracionamento da execução, com expedição de RPVs de crédito que, globalmente, seria pago por precatório (fl. 286).

Requer, por fim, o provimento do recurso extraordinário para que seja reformado o acórdão recorrido no ponto em que entendeu cabível o fracionamento da execução da sentença para fim de expedição de RPV.

Em contrarrazões, a parte recorrida pede o desprovimento do recurso.

ARE 925754 RG / PR

2. O presente recurso discute a compatibilidade da execução individual de sentença condenatória genérica proferida em ação coletiva com o disposto no art. 100, § 8º, da Constituição Federal, segundo o qual é vedado o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução para fins de enquadramento de parcela do total ao que dispõe o § 3º deste artigo, relativo às obrigações definidas em lei como de pequeno valor. O Pleno do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 568.645 (Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, DJe de 13/11/2014, Tema 148), apreciou matéria semelhante à debatida no recurso extraordinário. Nesse caso, todavia, examinava-se a legitimidade da individualização de créditos de litisconsortes para efeito de fracionamento do valor principal da execução contra a Fazenda Pública, tendo sido firmado o entendimento de que a execução ou o pagamento singularizado dos valores devidos a partes integrantes de litisconsórcio facultativo simples não contrariam o § 8º (originalmente § 4º) do art. 100 da Constituição da República.

O presente caso, conforme já observado, não é idêntico àquele julgado no RE 568.645, uma vez que, aqui, não se trata de litisconsórcio facultativo, mas sim de ação coletiva ajuizada por sindicato. Não obstante, os mesmos fundamentos que embasaram o aludido precedente são aplicáveis à hipótese em exame. Segundo o assentado, naquela ocasião, pela Ministra-relatora:

[...] tratando-se, como no caso dos autos, de litisconsórcio facultativo simples, os litisconsortes se consideram como litigantes autônomos em seu relacionamento com a parte contrária e, portanto, a execução promovida deve considerar cada litigante autonomamente, sem importar em fracionamento, pois será dado a cada um o que lhe é devido segundo a sentença proferida.

ARE 925754 RG / PR

O mesmo se dá no presente caso, em que o recorrido visa executar sentença condenatória genérica proferida em ação coletiva que tutela direitos individuais homogêneos. Conforme sustentei em sede doutrinária, a diferença é que, enquanto no litisconsórcio ativo facultativo, a sentença fará juízo não apenas sobre o núcleo de homogeneidade dos direitos afirmados na demanda, mas também sobre as suas particularidades próprias, a sua margem de heterogeneidade, na ação coletiva, há repartição da atividade cognitiva, de modo que a sentença de mérito limitar-se-á à análise do núcleo de homogeneidade dos direitos controvertidos, devendo o restante ser enfrentado e decidido por outra sentença, proferida em outra ação, a ação de cumprimento (Processo coletivo: tutela de direito coletivos e tutela coletiva de direitos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 147-154).

Assim, do mesmo modo que ocorre no litisconsórcio facultativo, as relações jurídicas entre os exequentes e o executado serão autônomas, de forma que, nos termos do que decidido no RE 568.645, os créditos de cada exequente devem ser considerados individualmente.

A atual jurisprudência do STF tem se posicionado no sentido de que a execução individual de sentença coletiva não viola o art. 100, § 8º, da CF/88. Nesse sentido:

Agravo regimental em recurso extraordinário com agravo. 2. Sentença proferida em ação coletiva. Execução individual. Possibilidade. 3. Ausência de argumentos suficientes a infirmar a decisão recorrida. 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (ARE 907.796-AgR/PR, Rel. Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, DJe de 18/11/2015)

ARE 925754 RG / PR

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. DIREITO TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA PROFERIDA EM PROCESSO COLETIVO. POSSIBILIDADE.

1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme no sentido da possibilidade de execução individual da respectiva fração de cada um dos substituídos processuais em ação coletiva contra a Fazenda Pública. Precedentes.

2. Agravo regimental a que se nega provimento. (ARE 909.573-AgR/PR, Rel. Min. EDSON FACHIN, Primeira Turma, DJe de 12/11/2015)

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA EM AÇÃO COLETIVA. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 100, § 8º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. DECISÃO ALINHADA À JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

1. O acórdão recorrido alinha-se com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido da possibilidade de promover-se execução individual em sede de processos coletivos. Precedentes.

2. Ausência de argumentos capazes de infirmar a decisão agravada.

3. Agravo regimental a que se nega provimento. (RE 803.697-AgR/MA, Rel. Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, DJe de 27/10/2015)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. DIREITO CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL.

ARE 925754 RG / PR

POSSIBILIDADE DE EXECUÇÃO INDIVIDUAL EM SENTENÇA COLETIVA. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. (ARE 907.799-AgR/PR, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe de 9/10/2015)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO (LEI Nº 12.322/2010) TÍTULO JUDICIAL CONSUBSTANCIADOR DE SENTENÇA COLETIVA EFETIVAÇÃO EXECUTÓRIA INDIVIDUAL POSSIBILIDADE JURÍDICA RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO.

POSSIBILIDADE DE EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA PROFERIDA EM PROCESSO COLETIVO.

O fato de tratar-se de ação coletiva não representa obstáculo para que o interessado, favorecido pela sentença coletiva, promova, ele próprio, desde que integrante do grupo ou categoria processualmente substituídos pela parte autora, a execução individual desse mesmo julgado. Doutrina. Precedentes. (ARE 904.542-AgR/PR, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, DJe de 22/10/2015)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVOS REGIMENTAIS NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. APLICAÇÃO DO ART. 1º-F DA LEI 9.494/97, NA REDAÇÃO DA MP 2.180-35/01. POSTERIOR ACORDO FIRMADO ENTRE AS PARTES NO MESMO SENTIDO DO QUE DETERMINOU O TRIBUNAL DE ORIGEM. RECURSO EXTRAORDINÁRIO PREJUDICADO. FRACIONAMENTO DE EXECUÇÃO. AÇÃO COLETIVA. LEGITIMIDADE. AUSÊNCIA DE OFENSA AO ART. 100, § 4º, DA CF/88 (REDAÇÃO ANTERIOR À EC 62/09). PRECEDENTES DA

ARE 925754 RG / PR

SEGUNDA TURMA EM CASOS IDÊNTICOS. ENTENDIMENTO ASSENTADO NO RE 568.645, REL. MIN. CÁRMEN LÚCIA, TRIBUNAL PLENO, TEMA 148.

AGRAVO REGIMENTAL DO SINDIRETA/DF PROVIDO. AGRAVO REGIMENTAL DO DISTRITO FEDERAL DESPROVIDO. (RE 860.965-AgR-segundo/DF, de minha relatoria, Segunda Turma, DJe de 1/6/2015)

E ainda: ARE 904.863-AgR (Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, julgado em 10/11/2015. Também nesse sentido é a seguinte decisão monocrática: ARE 904.880/PR, Rel. Min. ROSA WEBER, DJe de 6/10/2015.

Assim, proponho a confirmação da jurisprudência desta Corte para que seja reafirmada a seguinte tese: não viola o art. 100, § 8º, da Constituição Federal a execução individual de sentença condenatória genérica proferida contra a Fazenda Pública em ação coletiva visando à tutela de direitos individuais homogêneos.

3. Diante do exposto, manifesto-me pela existência de repercussão geral da questão suscitada e pela reafirmação da jurisprudência sobre a matéria, conhecendo do agravo para negar provimento ao recurso extraordinário.

Brasília, 27 de novembro de 2015.

Ministro Teori Zavascki

Relator

Documento assinado digitalmente

2. Observem a organicidade do Direito. O instituto da repercussão geral refere-se a recurso extraordinário que veicule matéria de índole

ARE 925754 RG / PR

constitucional. É o que decorre do disposto no § 3º do artigo 102 da Carta Federal:

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

(...)

§ 3º No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros.

Até aqui, para apreciação do Supremo, há o agravo interposto, que veio, ante a legislação instrumental, no próprio processo. Em síntese, o recurso extraordinário teve a sequência indeferida na origem. O interessado protocolou o agravo, o qual foi conhecido pelo relator para negar seguimento ao extraordinário.

Descabe fragilizar o instituto da repercussão geral e isso acontecerá caso, de cambulhada, seja colado a processo que não se apresenta a este Tribunal com o recurso extraordinário admitido.

3. Concluo pela inadequação do instituto da repercussão geral.
4. À Assessoria, para acompanhar a tramitação do incidente.
5. Publiquem.

Brasília, 14 de dezembro de 2015.

Ministro MARCO AURÉLIO